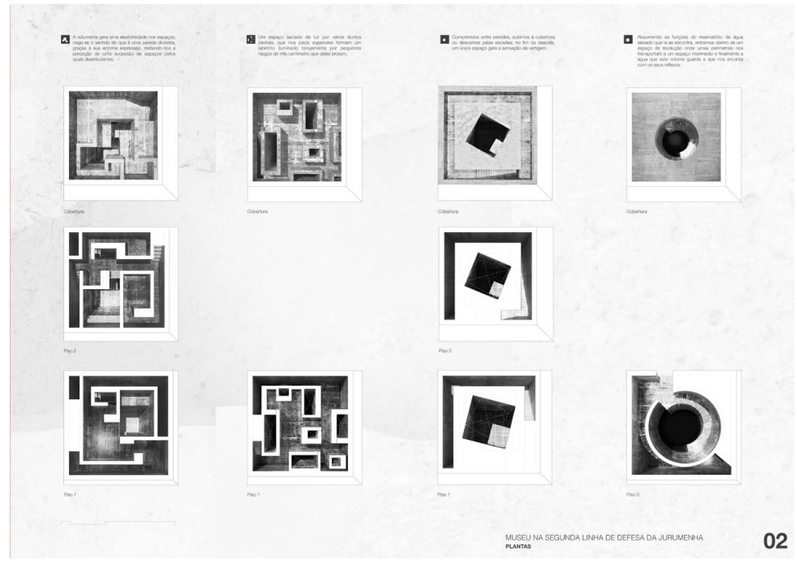
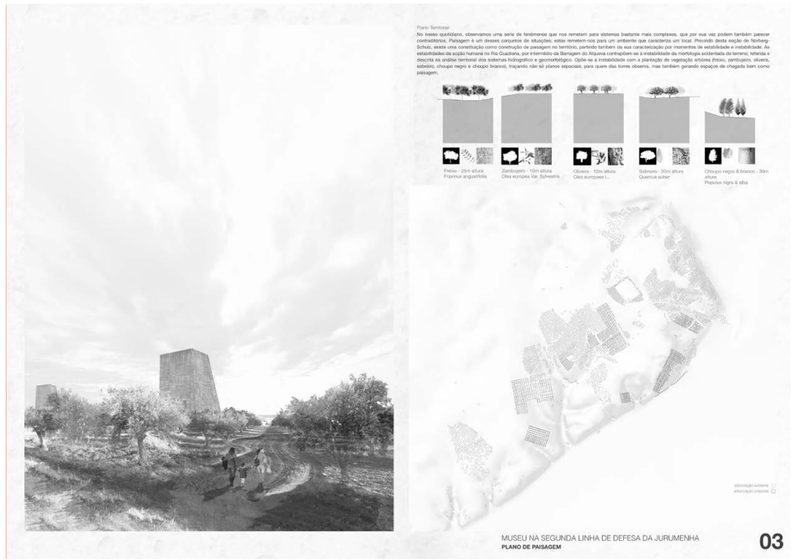
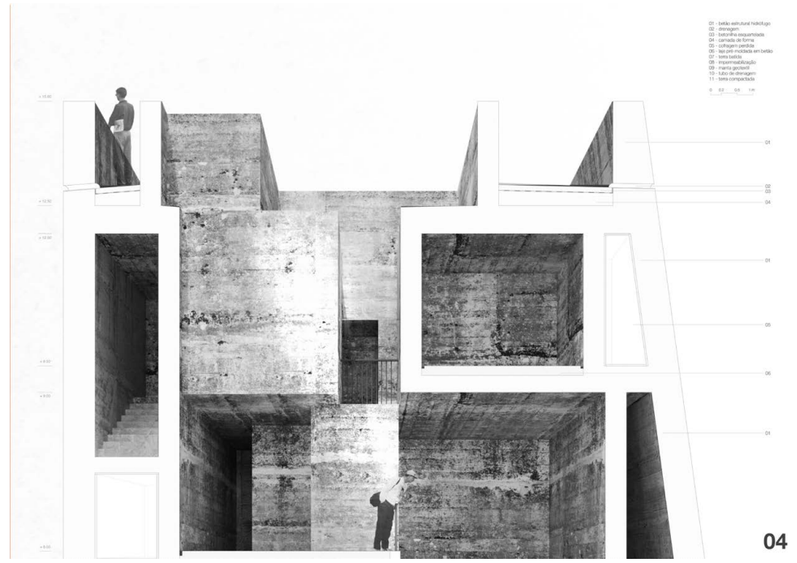
MUSEU NA SEGUNDA LINHA DE FRONTEIRA DA JUROMENHA - VIGILÂNCIA E FRONTEIRA

Alexandre Vicente - Finalista I Nominee
Joaquim Moreno - Orientador I Tutor





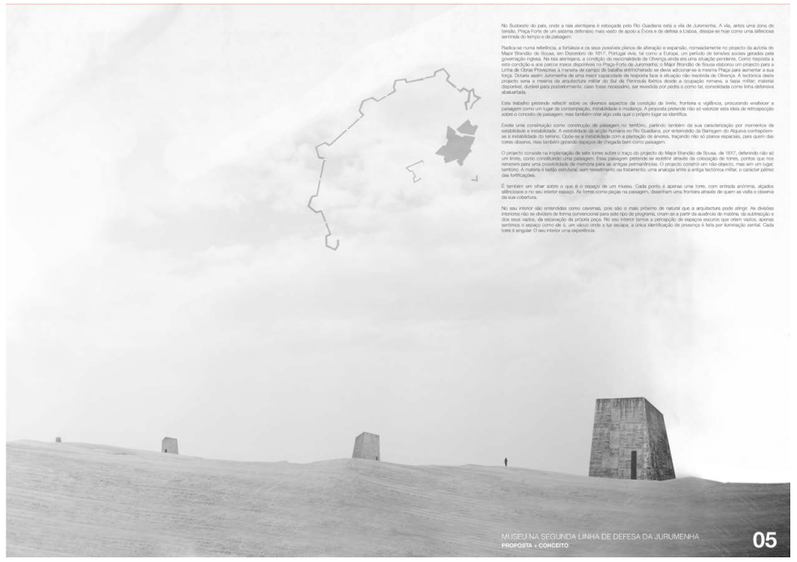


No Sudoeste do país, onde a raia alentejana é esboçada pelo Rio Guadiana está a vila de Juromenha. A vila, antes uma zona de tensão, Praça-Forte de um sistema defensivo mais vasto de apoio a Évora e de defesa a Lisboa, dissipa-se hoje como uma silênciosa sentinela do tempo e da paisagem.

Radica-se numa referência, a fortaleza e os seus possíveis planos de alteração e expansão, nomeadamente no projecto da autoria do Major Brandão de Sousa, em Dezembro de 1817. Portugal vivia, tal como a Europa, um período de tensões sociais geradas pela governação inglesa. Na raia alentejana, a condição de nacionalidade de Olivença ainda era uma situação pendente. Como resposta a esta condição e aos parcos meios disponíveis na Praça-Forte de Juromenha; o Major Brandão de Sousa elaborou um projecto para a Linha de Obras Provisórias à maneira de campo de batalha entrincheirado se devia adicionar-se à mesma Praça para aumentar a sua força. Dotaria assim Juromenha de uma maior capacidade de resposta face à situação não resolvida de Olivença. A tectónica deste projecto seria a mesma da arquitectura militar do Sul da Península Ibérica desde a ocupação romana, a taipa militar; material disponível, durável para posteriormente, caso fosse necessário, ser revestida por pedra e como tal, consolidada como linha defensiva abaluartada.

Este trabalho pretende reflectir sobre os diversos aspectos da condição de limite, fronteira e vigilância, procurando enaltecer a paisagem como um lugar de contemplação, instabilidade e mudança. A proposta pretende não só valorizar esta ideia de retrospecção sobre o conceito de paisagem, mas também criar algo pela qual o próprio lugar se identifica.

MUSEU NA SEGUNDA LINHA DE FRONTEIRA DA JUROMENHA - VIGILÂNCIA E FRONTEIRA



No Sudoeste do país, onde a raia alentejana é esboçada pelo Rio Guadiana está a vila de Juromenha. A vila, antes uma zona de tensão, Praça Forte de um sistema defensivo, mais vasto de apoio a Évora e de defesa à Lisboa, dissipa-se hoje como uma ilhéu/ilha sentinela do tempo e da paisagem.

Radica-se numa referência, a fortaleza e de seus possíveis planos de alteração e expansão, nomeadamente no projecto da autoria de Mayr Brandão de Sousa, em Dezembro de 1817. Primeiro ano, de 3 anos e 5 anos, um período de tensões sociais geradas pela governação de Beresford, que culminaram na revolta liberal de 1820. Juromenha, Praça de 2ª Classe, pertencente à Divisão Militar do Alto Alentejo e sua primeira área de ação foi a Praça Forte de Juromenha, o Mayr Brandão e Beresford, com o objectivo para a Linha de Obras Projectada, a manera de campo de batalha entrincheirado se deva adicionar a mesma Praça para aumentar a sua força. Ostaria assim Juromenha de uma maior capacidade de resposta face à situação não resolvida de Olivença. A tectónica desta projecto sera a mesma da arquitectura militar do Sul da Península Ibérica desde a ocupação romana, a baixa militar, material disponível, dureza para posteriormente, caso fosse necessário, ser revestida por pedra é como tal, consolidada como linha defensiva anteriormente.

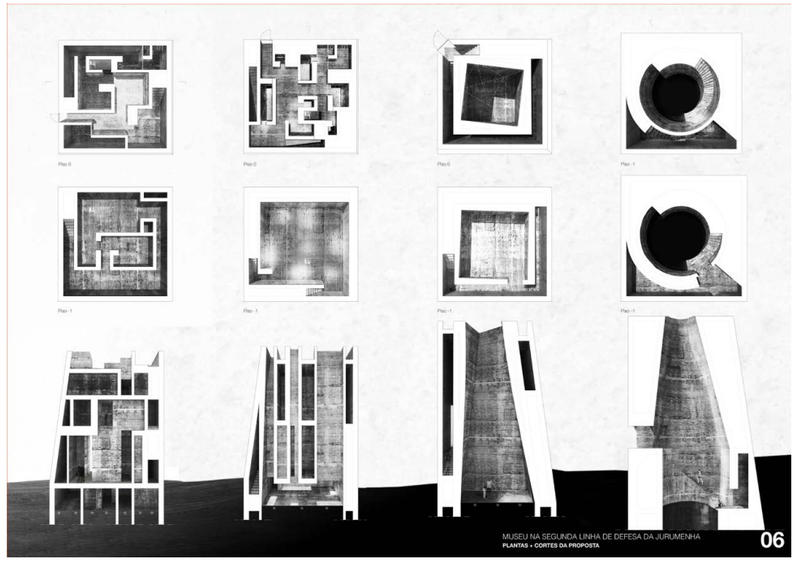
Este trabalho pretende reflectir sobre os diversos aspectos da condição de limite, fronteira e vigilância, procurando envolver a paisagem como um lugar de contemplação, instabilidade e mudança. A proposta pretende não só valorizar esta ideia de retrospectiva sobre o conceito de paisagem, mas também criar algo cada qual o próprio lugar se identifica.

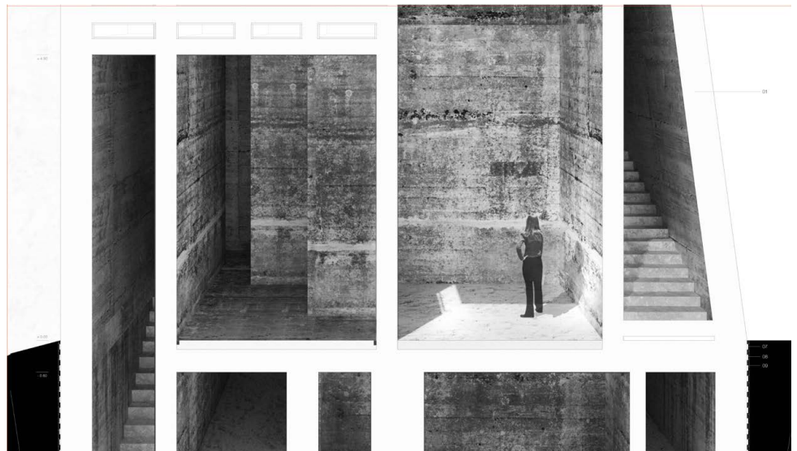
Existe uma construção como construção de paisagem no território, partindo também de sua caracterização por momentos de estabilidade e instabilidade. A estabilidade de ação humana no Rio Guadiana, por entendido da Barragem do Alqueva contrapõem-se a instabilidade do território, através da memória com a construção de arvores, fazendo não só planos espaciais, como quem das novas albufeira, mas também de uma ocupação de chegada como paisagem.

O projecto consiste na implantação de seis torres sobre o traço do projecto do Mayr Brandão de Sousa, de 1817, definindo não só um limite, como constituindo uma paisagem. Estas paisagem pretende-se restituir através da colocação de torres, pontos que nos remetem para uma possibilidade de memória para as antigas permanências. O projecto constrói um não-objecto, mas sem um lugar, território. A matéria é densa ou/rural, sem revestimento ou tratamento, uma analogia entre a antiga tectónica militar, o carácter pétreo das fortificações.

É também um olhar sobre o que é o espaço de um museu. Cada ponto é apenas uma torre, com entrada anónima, atgada directamente ao seu interior espaço. As torres como peças na paisagem, desenham uma fronteira através de quem as visita e observa da sua cobertura.

No seu interior são entendidas como cavernas, pois são o mais próximo do natural que o arquitectura pode atingir. As divisões interiores não se dividem de forma convencional para este tipo de programa, criam-se a partir da auséncia de matéria, da subtracção e da luz que nos chega do exterior. Cada torre é singular. O seu interior uma experiência.



Espaço expositivo piso 1
Espaço central de chegada do museu
Escadas centrais de acesso ao espaço de exposição

Entre a penumbra e os volumétricos de luz central que se revelam da entre a massa, a paisagem também invade o seu interior através dos elementos. É o acelerar de um processo de integração, o que se deseja total.
Apesar do seu quase total anonimato exterior, o interior desvela-se numa multiplicidade única, possuindo cada torre um tema explorado em seus espaços; a autenticidade da matéria que se deixa lentamente invadir pelos elementos contrasta com o emanar de luz que se deixa lentamente revelar. Almejasse que a riqueza seja tão profícua, que mesmo não possuído peças ou instalações no seu interior, seja gratificante desentudar no seu interior.
Pretende-se um rigor em todo o projecto, desde a formulação conceptual a tectónica, as especialidades inerentes adoptam a mesma matriz de entendimento das torres como museu e elementos na paisagem.
A matéria da construção é betão estrutural hidrófugo, sem revestimento ou garante de conforto térmico: uma analogia entre a antiga tectónica militar (em tapa-miolo) e o carácter pétreo das dimensões fortificações. A sua textura é o resultado do reaproveitamento sucessivo da sua cofragem em madeira, contendo uma regosidade e uma sensação de desgaste ao próprio betão, a renovação é evidada pelo luz em volta da sua superfície. Os espaços apoiam-se estruturalmente às paredes que formam a "casa" que caracterizar as torres, paredes espessas definem a continuidade desses mesmos espaços, transmitindo a sensação de ser apenas uma parede contínua; esta não é entendida como parede, mas sim como volume. Para tornar a estrutura mais leve, caixas-de-ar são evidadas através da colocação in-situ de caixas de madeira, que moldam a cofragem do betão.